

A FAMÍLIA COMO MODELO; Ceneide Maria de Oliveira Cervený.
Adaptação livre para o 1º Módulo do Aprofundamento
em Terapia Sistêmica. Grupo OMEGA

1. Famílias foram e são estudadas por vários segmentos da ciência em diferentes dimensões espaço-temporais e, possivelmente, nenhum estudo vai esgotar o assunto e fornecer resposta para todos os questionamentos.

No nosso caso específico, tentaremos definir e deixar claro o que entendemos pelas categorias de família que usamos, que são: Família de Origem (FO), Família Extensa (FE), Família Nuclear (FN), Família Atual (FA) e Família Substituta (FS).

A Família de Origem (FO) está ligada aos conceitos de ascendência e descendência, pressupondo laços sanguíneos. Assim a Família de Origem de um indivíduo inclui seus pais e os pais desses, numa ascendência progressiva.

Uma outra visão que temos da família, principalmente quando estamos dentro da prática clínica, é a de Família Extensa (FE). Para Goode (1964) a família extensa pode ser vertical com uma ou mais gerações, ou lateral: pela adoção de outras unidades nucleares. Nossa definição de família extensa pressupõe parentesco sanguíneo ou por afinidade de pessoas ligadas entre si no tempo e no espaço e que se articulam com o presente.

Bell (1975), em uma de suas maneiras de focar a família, diz que esta é uma unidade coletiva composta de pais e filhos, desenvolvida a partir de um relacionamento biológico, recebendo comumente a designação de família nuclear. O mesmo autor exclui de sua definição o espaço físico como característica da família nuclear, o que é uma realidade devido às modificações exigidas atualmente na estrutura familiar.

McGoldrick e Gerson (1985) falam em família nuclear formada por cônjuges em um primeiro casamento com seus filhos biológicos. Outro tipo de família a que nos referimos é a Família Substituta (FS). Para nós, o termo refere-se a uma família que assume a criação de uma ou mais pessoas com as quais não tem laços de parentesco. Ackerman (1974) diz que a família é um grupo dotado de dinâmica e especificidade próprias e que, mais do que qualquer grupo, só pode ser compreendido dentro de contextos maiores que incluem o seu próprio observador.

Wynne (1980) apresenta uma definição de família baseada na prática

da terapia familiar e diz que a constelação familiar disponível para uma terapia familiar exploratória é aquela em que, entre os seus elementos, há uma ordem de relações contínuas e significativas emocionalmente.

Considera-se então a família como um sistema dentro do qual pessoas vivem no mesmo espaço físico e mantêm relações significativas. Chamávamos relações significativas às relações de interdependência entre os vários subsistemas da família. Poster (1978) argumenta que uma teoria sobre família deve levar em consideração sua análise num nível psicológico, no nível da vida cotidiana e, por último, na relação entre a família e a sociedade. O primeiro nível pressupõe uma estrutura emocional, com hierarquias de idade e sexo em formas psicológicas, um processo de interação com um padrão de autoridade e amor instruído pelos adultos e um padrão de identificação que consolida vínculos entre adultos e crianças. O segundo nível é derivado do estudo da rotina de atividade familiar e dá indicações do tipo de habitação da família, das relações que existem entre os membros, as funções da Vida cotidiana e outros. O terceiro nível define como as instituições políticas, econômicas, religiosas e urbanas influem na família no grau de equilíbrio ou conflito entre a família e a sociedade.

2. A FAMÍLIA COMO UM SISTEMA

A partir dos estudos com esquizofrênicos e suas famílias, cientistas, clínicos e pesquisadores, começaram a ver o grupo familiar sob uma nova ótica de forma interacional: não só como um conjunto de indivíduos, mas como uma entidade, uma totalidade que tinha uma estrutura específica.

Quando Von Bertalanffy, na década de 50, falava de sistema, dizendo ser "aparentemente, um conceito pálido, abstrato e vazio, mas repleto de um significado oculto, de possibilidades de fermentação e explosão", não poderia prever como suas palavras eram adequadas ao campo da terapia familiar.

O que é um sistema?

Para Von Bertalanffy (1968), "sistema é um complexo de elementos em interação", um todo organizado ou, ainda, partes que interagem formando esse todo unitário e complexo.

Katz e Kahn (1970) definem qualquer sistema como uma entidade conceitual ou física, integrada por partes relacionadas, interagentes e interdependentes.

Pensando nas relações do grupo familiar, segundo a teoria de sistemas, podemos dizer que neste o comportamento de cada um dos membros é interdependente do comportamento dos outros. O grupo familiar pode, então, ser visto como um conjunto que funciona como uma totalidade e no qual as particularidades dos membros não bastam para explicar o comportamento de todos os outros membros. Assim, a análise de uma família não é a soma das análises de seus membros individuais. Os sistemas interpessoais como a família, podem ser encarados como circuitos de retroalimentação, dado que o comportamento de cada pessoa afeta e é afetado pelo comportamento de cada uma das outras pessoas.

Se o grupo é uma entidade que adquire um sistema de crenças e tradições, por mais breve que seja a convivência grupal, então o grupo familiar, pela sua longa duração e nível de inter-re-leção, é um agrupamento com muita especificidade e que deve ser visto, antes de tudo, como um sistema de relações.

Em 1948, Lewin diz que a família - como um sistema - é mais do que a soma das suas partes, sendo que as características da família não podem ser entendidas pelo simples somatório dos valores, personalidades e características de seus membros, considerando que a família - como sistema - desenvolve padrões e modelos próprios de respostas.

Existem alguns princípios teóricos que se aplicam a todos os sistemas vivos. Tais sistemas possuem limites, mas são abertos e têm constante relacionamento de trocas com o meio.

A unidade familiar é um sistema composto por indivíduos que podem também ser considerados sistemas por si só e ainda uma parte de um sistema, ou seja, um subsistema.

Essa unidade familiar também faz parte de um sistema familiar maior que também se inclui em outros sistemas mais amplos, como o sociocultural e assim por diante.

Como qualquer outro sistema, a família opera de acordo com certos princípios como homeostase, morfogênese, feedback, causalidade circular e não-somatividade.

A **homeostase** é um processo auto-regulador que mantém a estabilidade no sistema e protege-o de desvios e mudanças. Em termos familiares, refere-se à tendência da família em manter um certo padrão de relacionamento e empreender operações para impedir que haja mudanças nesse padrão de relacionamento já estabelecido.

Outro princípio, sob o qual a família como sistema opera, é a **morfogênese**. Por sua grande adaptabilidade e flexibilidade, os

sistemas têm a capacidade da autotransformação de forma criativa. A família tem potencial para mudança e a morfogênese designa uma mudança dentro da ordem estrutural e funcional do sistema, de modo que este adquira nova configuração qualitativamente diferente da anterior.

Similar a homeostase, o princípio da **morfogenese** designa a capacidade do sistema de manter a sua estrutura em um ambiente mutante, por meio dos circuitos de retroalimentação negativa.

O feedback positivo aumenta a atividade do sistema enquanto os negativos revertem-no ou pedem correção. Nos sistemas humanos, o mecanismo de feedback tem duas funções primordiais: a primeira é fornecer informações e a segunda é definir o relacionamento entre os membros do sistema.

A **causalidade circular**, outro princípio, sugere que mudanças em um elemento do sistema afeta todos os outros, bem como o sistema como um todo. É um processo dinâmico que se repete sempre de maneira circular. Segundo Macedo (1991), "a característica do padrão de interação de um sistema é a circularidade, significando que a interação envolve uma espiral de feedbacks recursivos, ao contrário da relação linear" .

No sistema familiar, isto significa que cada membro do sistema influencia os outros, sendo ao mesmo tempo influenciado por eles. Essas influências mútuas são o cotidiano da vida familiar.

Um sistema não pode ser considerado como a soma de suas partes. Este é o princípio da não-somatividade que evidencia ser impossível ver partes do todo como entidades

isoladas ou somar características das partes para entender o todo. As consequências desse princípio no sistema familiar são que os indivíduos só podem ser compreendidos dentro dos contextos interacionais nos quais funcionam. Para compreender o sistema familiar devemos vê-lo como um todo.

Quando em nosso trabalho de pesquisar os padrões interacionais que se repetem através das gerações, assumimos considerar a família como um sistema, vimos que tais princípios, já citados, estão em estreita ligação com a repetição daqueles padrões interacionais.

Assim, por exemplo, a família quebra padrões interacionais do passado e pode fazer reformulações no presente. As rotinas, regras e rituais que fazem parte do cotidiano de um Sistema Familiar protegem-no e asseguram uma continuidade de uma geração para outra, em meio às mudanças externas.

Taylor (1983), referindo-se à vida em família e à parentalização, diz que a flexibilidade e elasticidade são atributos importantes da família, exercitados por meio da conservação e mudança dos padrões multigeracionais. "O potencial para a mudança e a habilidade para criar novos valores capacita os pais a dividir com seus filhos um sentido de passado duradouro que é, de certa forma, conectado com o potencial para mudança no futuro".

Desde os anos 60, quando Bertalanffy estabeleceu as bases teóricas para a compreensão dos sistemas abertos, até os nossos dias, muitos terapeutas valeram-se de práticas clínicas baseadas na teoria dos sistemas, usando noções particularizadas de sistema, dependendo do enfoque terapêutico também particular.

3. A TERAPIA FAMILIAR SISTÊMICA

A Teoria Geral de Sistemas proposta por Von Bertalanffy inclui no mundo da ciência, uma nova perspectiva para a compreensão dos fenômenos humanos.

Paralelamente, em 1948, Wiener propõe a Cibernética para a investigação científica dos processos sistêmicos, na qual Bateson apóia-se para a compreensão das relações humanas., na mesma época, em outras partes do país em pesquisas que não se relacionavam com esquizofrenia, mas enfocavam a família em diferentes contextos.

Karrer (1989). citando as fases da Terapia Familiar Sistêmica, divide-as em três: numa primeira fase, a essencialista, a TFS fechou-se em um pequeno círculo, tentando preservar a sua verdade com um pequeno número de seguidores que formavam o grupo que propunha algo insólito, diferente, uma maneira curiosa de ver os sintomas e as relações dentro de uma família.

Na fase seguinte, a transacional, a TFS começa a perceber suas limitações e a procurar, em outros campos, mais embasamento, a reunir posturas diferentes em busca de um posicionamento mais sólido.

Na terceira fase, a do relativismo, a teoria já está em meio a um caleidoscópio, com contribuições, críticas e inovações que aparecem de todos os lados. Nesse ponto, tendo a teoria um crédito e um lugar que, dificilmente, lhe será tirado, consegue absorver diferentes tendências.

Stierlin, Simon e Wynne (1984) dizem que, na medida em que a TFS vai alcançando a maioridade, existe uma tentativa cada vez maior de alcançar a integração clínica e conceitual dos diferentes modelos ou, ao menos, certa compreensão de suas diferenças e similaridades. Três anos antes da afirmação dos autores acima, Hoffman (1981) fez um empenho em reconstruir, assim como outros autores, uma viagem pela Terapia Familiar Sistêmica, explicando de onde provêm os conceitos que fluem nos vários modelos. Diz ela: "A terapia familiar era e continua sendo uma maravilhosa Torre de Babel; nela as pessoas falam muitas línguas" Poderíamos dizer que as pessoas, em Terapia Familiar Sistêmica, falam uma mesma língua que tem inúmeros dialetos, pois elas têm uma raiz comum que é o pensar a família como um sistema, porém, sob a ótica particular de cada autor.

Dissemos, anteriormente, que nos primórdios da TFS existiu uma fusão muito grande entre a prática clínica, o talento do terapeuta e a teoria. Assim, Salvador Minuchin, clínico talentoso, com intervenções terapêuticas que visavam o equilíbrio da família, principalmente, por meio do trabalho com os limites, regras e hierarquia, acabou por contribuir com uma teoria mais voltada para o estrutural na Terapia Familiar Sistêmica. Haley, trabalhando com os esquemas disfuncionais da família nos vários ciclos vitais e planejando estratégias cuidadosas para atingir com a família as metas propostas, proporcionou uma terapia familiar diretiva que se denomina Terapia Familiar Sistêmica Estratégica. Bowen (1976) e Boszormenyi-Nagy (1974) contribuíram com a perspectiva multigeracional na Terapia Familiar, pressupondo que os padrões interacionais de uma família nuclear estabelecem-se nas suas famílias de origem.

Sluzki classifica os modelos que compartilham uma raiz sistêmica a partir de sua centralização no processo, na estrutura ou nas visões de mundo.

Os modelos centrados no processo, segundo Sluzki, são aqueles em que o sintoma é mantido por meio de sequências recursivas que contêm a conduta sintomática ou problemática.

Os padrões de autoperpetuação que aumentam a probabilidade dessas sequências recebem o nome de regras familiares. Assim a finalidade da terapia familiar é mudar as regras para que a família possa recuperar seu potencial alternativo de lidar com os conflitos. As noções fundamentais para esse modelo são: a noção de padrão, de pontuação das sequências e de regras familiares.

O modelo orientado para a estrutura, segundo Sluzky, está

fundamentado em termos de variáveis estruturais específicas do tipo limite (que definem as regras de participação) e do tipo hierarquia (que definem as regras de poder). Esse modelo preocupa-se com a qualidade normativa das transações, tanto entre os grupos dentro da família, como entre a família e os excluídos do grupo.

O modelo orientado para as visões do mundo apóia-se no pressuposto de que cada indivíduo tem um sistema de crenças particular que organiza a sua realidade e determina sua conduta e ideologia. Essa realidade define o acoplamento entre o indivíduo e seu meio.

A família também constrói a sua realidade a partir da história compartilhada por seus membros. As condutas sintomáticas incorporam-se como parte da organização dessa realidade familiar e a terapia baseia-se na construção de realidades alternativas.

A idéia de que a realidade se constrói e de que os sistemas podem ser programados ou se autoprogramam fizeram uma distinção entre os sistemas cibernéticos que acabaram por serem enquadrados em 1a ou 2a cibernética.

A 1a cibernética, cujo estudo se iniciou com a comunicação nos sistemas, preocupava-se com a manutenção da estabilidade do sistema e punha ênfase no processo de homeostase. Outros conceitos fundamentais da 1a cibernética seriam a circularidade, a continuidade, o propósito e o "sistema observado". Este último, segundo Hoffman (1990), corresponderia à noção de que se pode apreender objetivamente uma verdade sobre os outros e o mundo.

A 2a cibernética amplia o conceito de circularidade para incluir o observador como participante, num "sistema observante" que corresponderia, também segundo Hoffman, à noção que só podemos conhecer nossas próprias construções sobre os outros e sobre o mundo.

Papp (1983) diz que "no pensamento de sistemas não há termos absolutos nem certezas: a realidade e a verdade são circulares"

Desde a adoção da perspectiva da família como sistema, com todas as características deste já descritas há algumas décadas, até chegarmos hoje ao paradigma construtivista ou construcionista na Terapia Familiar, vimos que um longo caminho foi percorrido. A semente sistêmica, porém, continua, na perspectiva da terapia Familiar, a considerar o indivíduo como parte de um sistema maior que é a família, que ainda faz parte como microsistemas de sistemas maiores e, nessa visão, o comportamento

não é simplesmente o produto de processos intrapsíquicos, mas o resultado de interações dentro de um sistema.

Quando nos definimos dentro de um pensar sistémico e atuamos na clínica com um modelo sistémico, estamos falando de um conjunto de práticas não excludentes em contínuo crescimento, apesar de sua diversidade, mas que permitem uma contínua evolução dentro do campo.

Independentemente da posição assumida por nós na prática terapêutica, de nossa percepção da família e da realidade que se nos apresenta, se tratamos com um problema determinado ou não pelo sistema de relações, percebemos a repetição de padrões interacionais no intergeracional e o modelo que seguimos é usado como lente para visualizar essa realidade.

REGRAS FAMILIARES

Regra, segundo Aurélio (1986), é:

1 - aquilo que regula, dirige, rege ou governa:

2 - fórmula que indica ou prescreve o modo correto de falar, pensar, raciocinar, agir, num caso determinado:

3 - aquilo que está determinado pela razão, pela lei ou preconceito; costume, princípio, norma.

De certa forma, as três definições de regra dadas por Aurélio na língua portuguesa aplicam-se às regras familiares. Pode ser algo que regule o grupo familiar, uma fórmula que prescreva o modo adotado pela família para agir em determinada situação ou mesmo aquilo que está determinado pelo costume, princípio.

Jackson (1965) refere-se às regras da relação familiar, chamando-as de normas que prescrevem e delimitam as condutas dos membros da família, organizando a sua interação em um sistema razoavelmente estável. Segundo ele, a família é um sistema governado por regras. Laing, em 1969, falando das regras na família, afirma que elas regem todos os aspectos da nossa experiência. São as regras, segundo ele, "que determinam o que devemos ou não experimentar, que operações devemos levar a cabo para formarmos uma imagem permitida de nós mesmos e dos demais no mundo" (p. 125). Para ele, submetemos as regras a experiências com o propósito de acatá-las, e interpretamos os dados em razão de distinções conforme as regras.

Dell (1982) chama a atenção para que não consideremos as regras como uma realidade fixa, mas sim como descrições, que um observador pontua, uma seqüência de fatos que se repetem na interação familiar e que pode ser chamada de regra.

Para Satir (1972), o comportamento de qualquer indivíduo é uma resposta ao complexo conjunto de regras possíveis e regulares que

governa seu grupo familiar, muito embora ele ou sua família possam não ter conhecimento consciente da existência dos mesmos.

Minuchin (1981) fala de regras universais que governam a organização familiar e regras mais específicas que definem quem participa e como participa do sistema.

Para Umbarger (1983), uma configuração persistente, em interações familiares, pode adquirir o status de uma regra. Afirma ele que existem regras familiares que se anunciam e se seguem intencionalmente, mas que as regras mais importantes podem passar despercebidas pela família e são aquelas condutas repetitivas que constituem a rotina da vida cotidiana da família.

Carneiro, em uma pesquisa de 1975, diz que as regras familiares referem-se aos tipos de interações permitidas entre os membros de uma família e devem ser compartilhadas por pelo menos dois membros.

Acrescentaríamos que a regra, mesmo não sendo compartilhada por pelo menos dois membros, é implicitamente do conhecimento do grupo familiar, que nesse sentido pode ou não compartilhar, conclusão essa também encontrada em estudo posterior de Carneiro (1981).

Regras familiares são discutidas, vivenciadas e fazem parte do cotidiano de todos os profissionais que trabalham com o grupo familiar.

Nós consideramos regras familiares, o conjunto de acordos explícitos e implícitos que é compartilhado e conhecido por um grupo familiar, que faz parte da história da família e se mantém por meio do uso. Em todo grupo familiar encontramos um conjunto de regras que - inclusive - toma possível o seu funcionamento. Algumas dessas regras são mais explícitas e fazem parte de um sistema mais geral, que envolve regras quase universais de organização familiar. Essas regras, apesar de sua universalidade, têm características específicas que dependem da cultura própria em que a família se insere. Outras regras são ainda mais pertinentes a cada grupo familiar e formam-se através de anos de implícitas

negociações entre os membros, sobre acontecimentos cotidianos.

Bucher (1985) diz que a linguagem que a família utiliza dá informações sobre as regras desse grupo. Muitas vezes, a família tem palavras particulares para designar objetos. Numa família que atendemos, a expressão "puto" para designar a chupeta já era usado por três gerações. Era uma família de descendência italiana e "puto", nessa cultura, denomina os anjinhos que aparecem nas pinturas

religiosas. Isso nos mostra que as regras necessitam ser compreendidas num contexto maior que inclui a comunicação, os mitos, lealdades etc.

Um grupo familiar que tem um passado, que vive um presente, tem regras que certamente passarão para o futuro.

Whitaker (1990) diz que "nas famílias as regras estão praticamente encobertas e desarticuladas, freqüentemente sequer conscientes, mas, apesar disto, são potentes. Em famílias sadias estas regras servem de guias e estão a serviço dos esforços de crescimento. Em famílias patológicas as regras são usadas para inibir a mudança e para manter o status quo".

Não temos dúvida de que as regras protegem as famílias como em um sistema, mesmo que estejam a serviço de um "mau" funcionamento.

Temos vários exemplos disso e na

prática clínica, quando se discutem as regras antigas ou quando uma nova regra é formulada, existe muita oposição dentro do sistema, mesmo porque, pelo princípio da homeostase, a família tende a manter um padrão já conhecido, reagindo às mudanças.

Ferreira (1963) define mito familiar como "um número de crenças bem sistematizadas e compartilhadas por todos os membros da família a respeito de seus papéis e natureza da sua relação".

Para ele, esses mitos contêm muitas das regras secretas da relação, as quais se mantêm ocultas, submersas na trivialidade dos clichês e nas rotinas da família.

Já Andolfi (1987) coloca os mitos como estruturas móveis que se constroem e se modificam com o tempo. Para ele, o mito familiar é um conjunto de leituras da realidade (em que coexistem elementos reais e elementos da fantasia), em parte "herdado" pela família de origem, em parte construído pela família atual, de acordo com suas necessidades emotivas.

Para Boszormenyi-Nagy e Spark (1973). "o sistema de valores de uma família pode caracterizar-se por determinados mitos que os membros compartilham durante gerações inteiras".

Uma das definições de dicionário para o vocábulo mito é "a representação de fatos exagerada pela tradição" (Aurélio. 1986). Entendemos tradição nessa definição de um modo que se aproxima de Andolfi (1987). O qual mescla a tradição ou família de origem com o que é construído pela família atual. Considerar o mito como algo de que a família necessita para ler a realidade também nos parece mais adequado. A definição de Ferreira (1963)

assemelha-se mais ao conceito de regras familiares e Andolfi

aproxima-se mais daquilo que entendemos como mito.

Os mitos familiares são, na maioria das vezes, sustentados pelos segredos familiares.

Para Framo (1965), os segredos familiares tratam de acontecimentos e ações que a sociedade geralmente considera vergonhosos e cuja revelação teria consequências ruins para a auto-es-tima das pessoas da família.

No nosso entender, os segredos familiares podem também se referir a ações e acontecimentos não vergonhosos, que inclusive servem para criar união em um nível intrafamiliar, servindo até para diferenciar aquele grupo familiar de outros, dando-lhe uma identidade familiar específica.

Assim, acontecimentos ocorridos com gerações passadas ou com outros membros da família atual são "guardados" no livro da história da família como subsídio para os mitos, tomando-se algo específico e característico daquele grupo familiar: aquilo que o diferencia dos outros.

Tal posição está mais perto de Andolfi (1987), quando diz que a elaboração do mito, na terapia, "ajuda cada membro da família a se distanciar do que é prescrito por esse mito e, ao mesmo tempo, a aceitar e a aproveitar os aspectos coerentes com a pesquisa de sua identidade pessoal" .

Qual é, pois, a relação entre o mito e o segredo no mundo das relações familiares?

Se tomarmos algumas definições de segredo - aquilo que se oculta à vista, ao conhecimento; ou assunto, problema conhecido apenas de uns poucos - o segredo familiar seria algo compartilhado por alguns membros do mesmo grupo e que, possivelmente, teria diferentes finalidades para o grupo.

Uma delas poderia ser a proteção desse determinado grupo de outros grupos ou de um sistema maior (parentes, vizinhos, amigos e colegas). Outra seria a diferenciação desse grupo em relação a outros grupos.

Poderíamos pensar nesses fatores dentro do próprio grupo familiar, sendo que os segredos permitiriam que um ou outro subsistema (pais, irmãos, homens, mulheres) também se protegesse e se diferenciasse, tivesse mais coesão, poder e assim por diante.

Observando processualmente o segredo familiar e nos perguntando: o quê? como? por quê?, poderíamos clarificar melhor o que estamos tentando transmitir:

- o que se guarda? (o segredo em si});

- por quê? (a serviço de que está o segredo);
- como? (regras, pessoas).

Nesse ponto, entramos na estreita relação que existe entre os segredos, mitos e a comunicação e, reforçamos a idéia de que a comunicação é o meio através do qual se processa a transmissão e a manutenção dos segredos e mitos.

Segundo Bucher (1985). "os segredos surgem da irrealidade do mito contrapondo-se à convicção compartilhada de sua veracidade e têm o propósito de preservar os mitos da harmonia, da unidade, da união familiar; impedindo sua desestabilização".

Voltando à relação entre segredo e mito, pensamos que, por meio da comunicação, tanto verbal como não-verbal, alguns segredos familiares vão se transformando em mitos, quando já se estabelece em tomo do mesmo um sistema de crenças compartilhado e transmitido intergeracionalmente.

Essa é nossa posição em relação aos mitos, reforçando que esses ainda têm a função de identificação e diferenciação de um sistema familiar em relação aos demais, bem como de manter padrões interacionais.

Muitas famílias não se dão conta de seus mitos. Eles foram se incorporando ao cotidiano e fazendo parte da vida da família como uma coisa natural daquele grupo.

Para Campbell (1998). os mitos estão intimamente ligados à cultura, ao tempo e ao espaço e, na família, isto é muito evidente.

Às vezes, na terapia familiar, quando mostramos à família a existência do mito ou quando essa descoberta é feita por um dos seus membros, vemos as mais variadas reações de surpresa, incredulidade e negação.

Outro aspecto que observamos é que os mitos mantêm os padrões interacionais, mantendo-se a despeito das lutas internas e dos conflitos familiares. Percebendo ou não a sua existência, achamos que a família protege o mito assim como o mito protege a família.

Trabalhamos com uma família em terapia em que a queixa principal em a falta de comunicação entre seus membros: um não sabia o que o outro pensava, de que gostava e onde as idéias, segundo eles, não eram compartilhadas. Durante a terapia, percebe-se que crenças como fidelidade, papéis masculinos e femininos, machismo eram compartilhadas por toda a família, apesar de os filhos adolescentes tentarem exteriorizar clichês liberais mais pertinentes a seu grupo etário.

No exemplo anterior, observamos mais explicitamente o que

comentamos em relação à impossibilidade de não comunicar aludida por Watzlawick (1973) e a proposta de Campbell (1988) de considerar o mito como um canal de comunicação que está além do próprio conceito de realidade e que transcende todo pensamento.

Essa família não se comunicava, mas os mitos estavam ali firmemente arraigados, já presente na geração dos filhos adolescentes.

Nossa experiência clínica com famílias, as mais variadas, tem mostrado que o mito é um padrão que persiste e é transmitido através de muitas gerações.

As vezes, mitos e valores sustentados pela cultura são antagônicos aos do grupo familiar e, quando isso acontece, o sistema pode se fortalecer por meio do mito.

PADRÕES DE AFETIVIDADE NA FAMÍLIA

Existe uma estreita relação entre a história da Terapia Familiar e a pesquisa com pacientes esquizofrênicos e quando buscamos na literatura referência à afetividade na família, deparamo-nos com uma imensa quantidade de material proveniente de estudos com famílias de esquizofrênicos. De certa maneira, quando Bowen, Lidz, Jackson e outros teóricos ampliaram a visão da esquizofrenia, além do conceito da mãe esquizofrenogênica para o estudo do meio intrafamiliar como um todo, deram um grande impulso nos estudos da afetividade nas relações familiares.

Aries (1978), referindo-se à família da época pré-industrial, diz que esta tinha funções de conservação dos bens, da ajuda mútua cotidiana, da prática comum e passagem de um ofício, mas não tinha a função afetiva. Segundo ele, as trocas afetivas e a interação social eram realizadas fora da família, num meio coletivo composto de vizinhos, amigos, crianças e velhos, amos e criados, mulheres e homens, onde a tendência afetiva podia se manifestar livremente. Montagna (1981), estudando as emoções expressas no ambiente familiar e a evolução da esquizofrenia, comenta a respeito da passagem da função afetiva para a família nuclear por fatores ligados à industrialização e a conseqüente urbanização que teriam feito as famílias se tornarem cada vez mais nucleares e também cada vez mais com a função afetiva (ou seja, as trocas de manifestações afetivas passam a ser efetuadas dentro da família e não, por exemplo, dentro do local de trabalho, onde tal evento poderia perturbar a

produção e o lucro consequente). Para Montagna, isso poderia "densificar" as cargas afetivas dirigidas ao esquizofrênico.

Lidz (1980), um dos autores que estudou a influência das relações familiares na gênese da esquizofrenia, confirma que a relação mãe/filho leva ao estabelecimento de um contexto para o desenvolvimento não só da esquizofrenia, como de outros transtornos psiquiátricos e psicossomáticos, mas que existem determinantes específicos nas dificuldades posteriores das relações interpessoais. O autor parte de modelos de interação na família como um todo para pesquisar a esquizofrenia e afirma que a família seria a mestra original da interação social e da reatividade emocional que ensina, através de seu meio e da comunicação não-verbal, mais do que por meio da educação formal.

Lidz e seus colaboradores, pesquisando famílias de esquizofrênicos, chegaram à conclusão de que, em nenhuma das famílias, havia o que chamaram de "casamento bem-sucedido" (que segundo eles seria caracterizado pela confiança mútua, hierarquia bem definida entre as gerações, reciprocidade nos papéis parentais e clareza dessa reciprocidade para os filhos). Essa pesquisa resultou em duas caracterizações de famílias com pacientes esquizofrênicos: famílias com "cisma conjugal" e com "viés conjugal".

O cisma conjugal caracteriza-se pela divisão do sistema marital, com competição, brigas e rivalidade, desconsideração entre os cônjuges, insuficiente diferenciação das famílias de origem, clima de desconfiança e os filhos tendo de escolher entre um dos pais.

O viés conjugal caracteriza-se por um tipo de desequilíbrio onde não existe propriamente o cisma, podendo haver até uma certa harmonia. No entanto, um dos cônjuges sempre tem um quadro psicopatológico e o casal funciona em complementaridade. Os conflitos são disfarçados sob uma atmosfera irreal. Lidz chama o viés conjugal, de folie à famille em comparação ao folie à deux.

Jackson (1980), teórico que conceitualizou a família em termos de sistema interacional e que priorizou a teoria da comunicação para suas investigações, parte dos pressupostos de que:

- a) nenhum membro de uma família é totalmente independente e, admitindo ou não, sempre responde à avaliação de outros membros da família;
- b) a estereotipia na interação familiar pode estar indicada pela ausência de comportamento em certas áreas, assim como por transações características que são inflexíveis e inexoráveis. Segundo ele, a ausência de discussão numa família, por exemplo, pode ser um

sinal de patologia e não uma questão de boa adaptação.

Em seus estudos sobre a definição e natureza das relações. Jackson classificou as famílias em quatro tipos, baseando-se nos modelos de transações empregados para definir a natureza da relação.

As categorias a que Jackson chegou são: **1) relação satisfatória estável; 2) relação satisfatória instável 3) relação insatisfatória estável; 4) relação insatisfatória instável.**

A relação satisfatória estável é definida por ele como uma relação onde as partes chegam a um acordo explícito de quem controla a relação ou as áreas dentro dessa relação. Por controle da relação, Jackson refere-se a quem inicia a ação, que tipo de ação e estabelece que áreas dentro da relação, serão controladas pela outra pessoa. É uma relação estável, não significando um funcionamento perfeito, mas sim uma relação com pequenos períodos de instabilidade, onde se pode conversar sobre

a relação.

A relação satisfatória instável diferencia-se da primeira pela duração dos períodos de instabilidade, que são mais freqüentes, embora os períodos de estabilidade, quando acontecem, sejam satisfatórios. Para Jackson, esse tipo de relação é característico de qualquer relação nova ou modificada (recém-casados, famílias em que filhos estão entrando na adolescência, aposentadorias).

A relação insatisfatória estável é uma relação que se caracteriza, segundo o autor, por uma grande inflexibilidade e compulsividade. As partes envolvidas têm um acordo tácito de não discutir jamais de quem é a responsabilidade da relação ou de áreas dentro da mesma. Os envolvidos não manifestam insatisfação e a relação é estável porque se evitam os problemas que poderiam desestabilizá-la. Nesse sentido, as normas culturais, religiosas e as crenças assumem grande importância porque passam a ser a autoridade externa que libera a família de decidir quem seria o determinante na relação. Esse tipo de família é distante e retraída nas relações ainda que possa "enganar". A relação é estável porque se evitam os problemas, mas insatisfatória porque existe muito pouca troca entre os membros.

A relação insatisfatória instável define-se por não haver acordos implícitos ou explícitos sobre quem controla a relação ou parte dela. Os períodos estáveis são curtos e os instáveis prolongados. Nessa família raramente se chega a acordos, não há definições e as transações baseiam-se em manobras complementares que se redefinem em virtude da aceitação do outro. Jackson diz que o

membros dessa família utilizam-se de sintomas psicossomáticos ou histéricos como meio de definir as relações e têm muita dificuldade em iniciar ou continuar uma terapia familiar.

Wynne (1980), também como tantos outros, trabalhou com pesquisa na área da esquizofrenia na década de 50 e seus estudos foram feitos no National Institute of Mental Health, Washington. Para ele, existe o pressuposto básico de que a tendência para se relacionar com outros seres humanos constitui um princípio ou uma necessidade fundamental da existência humana, assim como todo ser humano também tende, consciente ou inconscientemente, a desenvolver um sentimento de identidade pessoal. Wynne entende ainda que essa necessidade universal de resolver os dois problemas citados, o de relação e o de identidade, levam a três tipos de soluções principais que são resultantes da relação e da complementaridade.

Essas soluções seriam: a mutualidade, a não-mutualidade e a pseudomutualidade.

Em 1984, Wynne aprofundou o conceito de mutualidade como fase do desenvolvimento, trabalhando processos relacionais de apego/proteção, comunicação e solução de problemas.

Seu conceito de **mutualidade** aproxima-se da **mutualidade positiva** de Süerlin (1969) e a **pseudomutualidade** do conceito de **mutualidade negativa** de Stierlin (1969) e da relação insatisfatória estável de Jackson (1965).

Na mutualidade, os indivíduos têm sua identidade positiva e valorizada significativamente e, a partir da experiência e da valorização, desenvolve-se o reconhecimento mútuo da identidade que inclui o reconhecimento das qualidades do outro.

A não-mutualidade caracteriza-se pela não-existência dos aspectos levantados na mutualidade e a pseudomutualidade tem o caráter ilusório de que se está correspondendo às expectativas do outro. O esforço de adequação ao outro na relação é conseguido às custas da diferenciação da própria identidade. Na pseudomutualidade, segundo Wynne, não se exploram novas expectativas e os papéis e expectativas antigas, mesmo sendo percebidos como inadequados, continuam servindo como estrutura para a relação.

Essa relação, na pseudomutualidade, é vazia, estéril e não dá possibilidade de explorar e ampliar os seus aspectos positivos.

Talvez Whitacker (1981). com sua sensibilidade e às vezes, com sua irreverência, seja aquele que defina com mais clareza a pseudomutualidade com este exemplo: quando a mãe numa família

pseudomútua declara que sua vida sexual é "simplesmente adorável", o terapeuta poderia pensar num comparecimento a um funeral onde a senhora estaria dizendo que o cadáver é "simplesmente adorável". Minuchin (1982) não se refere especificamente à afetividade na família, mas, nos seus conceitos de família emaranhada e desligada, fica claro que elas estão embasadas na preferência por um tipo especial de interação entre os membros. Na família emaranhada, por exemplo, o sentimento de pertinência exige uma renúncia muito grande da autonomia e isso faz com que as habilidades cognitivo-afetivas sejam inibidas. As famílias desligadas, ao contrário, dão uma grande liberdade ao individual de seus membros, mas também dão pouco apoio, apoio esse que só é conseguido em situações de estresse máximo.

Alguns autores definem como família saudável, do ponto de vista da interação, aquela que tem um mútuo acordo sobre certas crenças, valores, perspectivas e diálogo, o que se aproximaria da mutualidade positiva citada anteriormente.

Nesse sentido, a posição de Whitacker (1990) é de que "um indicador de saúde familiar é o espaço para a intimidade do amor. Bem como para o transtorno do ódio. Todos estão livres para se engajarem numa troca intensa, com base no amor tanto quanto no ódio" (p. 138).

Esse autor parte do princípio de que a família saudável consegue usar as crises para promover o crescimento e, nesse sentido, o conflito é crucial para seu desenvolvimento.

Também, ao contrário de Minuchin, Whitacker diz que, numa família saudável, uma gama muito grande de níveis de intimidade e separação são encontrados e esses níveis são móveis, sem necessariamente induzir ao pânico.

Com relação à família saudável, a posição de Lidz e Whitacker são similares quando enfatizam que o processo afetivo familiar é implícito e não verbal; para Whitacker a "expressão afetiva é um processo natural que é permitido ao invés de ser ensinado".

Satir (1972) não se refere propriamente a padrões afetivos na família, mas relaciona doença e saúde emocional da família com a alta ou baixa estima de seus membros.

Para Satir, o fator que determina o tipo de interação que se estabelece na família é a comunicação e, assim, a família funcional é aquela onde os membros podem expressar claramente o que pensam e sentem por meio de uma comunicação aberta.

Ao contrário é a família disfuncional, onde a comunicação não pode

fluir abertamente, onde os conflitos e as diferenças não podem ser discutidos e levam a um padrão não-facilitador para a saúde emocional e alta estima de seus membros. Apesar de não estar claramente citado por Satir, podemos deduzir que a afetividade pode estar pouco desenvolvida nessas famílias.

Boszormenyi-Nagy e Spark (1973), em cuja teoria confluem a Psicologia dinâmica, a fenomenologia existencial e a teoria de sistemas, dizem que "todos os indivíduos experimentam às vezes atitudes ambivalentes, porém o aspecto mais importante da ambivalência não é só a frequência e a intensidade dessas respostas, mas sim as reações contínuas e fundamentais nessas relações estreitas. Podem mudar as amizades, os padrões, porém dentro do próprio si-mesmo sempre segue presente uma sensação básica: de que a pessoa tenha recebido uma adequada dose de amor, aceitação e reconhecimento do próprio valor por parte dos membros atuais e passados da família".

Assim, observamos afetividade associada à confiança mútua, à reciprocidade de papéis, à competição e à cooperação, à consideração e à desconsideração, à qualificação e à desqualificação, à inflexibilidade nas transações, à instabilidade no relacionamento, ao apego, à proteção, ao acordo quanto a crenças e valores, ao diálogo, à agressividade, à comunicação aberta ou bloqueada, aos conflitos abertos ou disfarçados e a outros que deixamos de citar.

A afetividade na família é vista como um padrão de interação, fundamentado na convicção de que nenhum membro do sistema familiar deixa de ser influenciado pelo modelo afetivo proposto pelo sistema familiar. Os padrões de afetividade estão embasados na relação e, nesse particular, assumimos a posição proposta por Bateson (1972) de que o relacionamento é sempre um produto de dupla descrição ou dupla visão. Isso porque, para nós, também o relacionamento não é um fator interno de um indivíduo, mas o produto de uma interação, e a dupla visão, a que Bateson se refere, é como se pensássemos em cada olho fornecendo uma visão de cada parte da relação.

Não sendo o relacionamento um fator interno, inerente ao indivíduo como um fator de personalidade mas, um produto de interação, é na matriz familiar que ele se inicia, se desenvolve e é transmitido.

Bibliografia

Ackerman, Nora W. (1971) Diagnóstico y tratamiento de las relaciones familiares, Ed. Hormé, Buenos Aires. Título original: The psychodynamics of family life, Nova Iorque, Basic Books, 1958.

Andolfi, M. e Angelo, C. (1988), Tempo e mito em psicoterapia familiar, Ed. Artes Médicas, Porto Alegre. Título original: Tempo e mito nella psicoterapia familiare, Torino, Boringhieri, 1987.

Argyris, C. (1969). Personalidade e organização — O conflito entre o sistema e o indivíduo. Renés, Rio de Janeiro. Título original: Personality and organization, Harper, Nova Iorque, 1957.

Aries, P. (1978). História social da criança e da família, Zahar, Rio de Janeiro. Título original: L'enfant et la vie familiale sous l'ancien regime. Edit, du Seuil, Paris, 1973.

Bateson, G. (1951), "The convergence of science and psychiatry", em J. Ruesch e G. Bateson, Communication: the social matrix of psychiatry, W. W. Norton & Company Inc., Nova Iorque, 1951.

Bertalanffy, L. V. (1973), Teoria geral dos sistemas, Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro. Título original: General system theory. Alberta, Canadá, George Braziller Inc., 1968.

Bowen, M. (1976), "Theory in the practice of psychotherapy", em Guerin, P. J. (Comp.). Family therapy: theory and practice, Gardner-Press, Nova Iorque, 1976.

Bowen, M. (1978), Family therapy in clinical practice, Jason Aronson, Nova Iorque.

Bowen, M. (1980), "Key to the use of genogram", em Carter, E. A. e McGoldrick, M., The family life cycle: a framework for family therapy. Nova Iorque, Gardner Press, 1980.

Bruschini, C. (1989), "Uma abordagem sociológica da família", Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, ABEP; 6(1) jan./jun., 1989.

Bucher, J., "Mitos, segredos e ritos na família", em Psicologia, Teoria e Pesquisa, vol. 1, n2 2, maio/agosto, 1985.

Campbell, J. (1991), O poder do mito, Palas Athena. Título original: The power of myth, Apostrophe Prod. Inc. e Alfred March, Ed. Texas, EUA, 1988.

- Canevacci, M. (1981), *Dialética da família*, Brasiliense, São Paulo. Título original: *Dialettica della famiglia*, Savelli Spa. Roma, 1976.
- Capra, F. (1989). *O ponto de mutação*, Cultrix, São Paulo. Título original: *The turning point*, Bantam Books, Nova Iorque, 1982.
- Carneiro, T. F. (1975), "Um novo instrumento clínico de avaliação das relações familiares". Tese de mestrado, PUC, Rio de Janeiro .
- Carneiro, T. F. (1981). "Entrevista familiar estruturada: sua consistência, validade e aplicabilidade em psicologia clínica". Tese de doutorado, PUC-SP.
- Carter, E. A., McGoldrick, M. (1980), *The family life cycle: a framework for family therapy*, Gardner Press, Inc., Nova Iorque.
- Cervený, C. M. O. (1982), "O Scenotest como instrumento de investigação das relações familiares, no processo do diagnóstico psicológico com crianças e adolescentes". Tese de mestrado, PUC-SP.
- Cervený e Passos (1992), "A interface terapêutica". Trabalho apresentado no Congresso Ibero-Americano de Psicologia, Madri, 5 a 10 de julho, 1992.
- Cervený, C. M. O. (1992), "A linha de tempo familiar (LTF)". Trabalho apresentado no 3º Encontro Brasileiro de Terapeutas de Família, Brasília, 29/7 a 2/8/92.
- Cervený, C. M. O. e Trevisan, I. M.. "O alcoolismo como padrão repetitivo das gerações passadas". Trabalho apresentado no 372º Simpósio Internacional sobre a Prevenção e o Tratamento de Alcoolismo, São Paulo, 2 a 6 de agosto de 1993.
- Cooklin, A. (1982), "Change in here and now systems vs systems over time", em Bentovim, A. Garel-Bames, G., and Cooklin, A. (eds.). *Family therapy: complementary frameworks of theory and practice*, Grune & Stratton, Nova Iorque, 1982.
- Corrêa, M. (1982), "Repensando a família patriarcal brasileira", em *Colcha de retalhos*, Brasiliense, São Paulo, 1982.
- Dell, P. (1982), "Beyond homeostasis: toward a concept of coherence", *Family Process*, 21-21-41-1942.
- Elkáim, M. (1990), *Se você me ama, não me ame - Abordagem sistêmica em psicoterapia familiar e conjugal*, Papirus, Campinas, Título original: *Si tu m'aimes, ne m'aime pas - Approche systématique et psychothérapie*, Editions du Seuil, 1989.
- Erikson, K. T. (1978), *Everything in its path*. Harper & Row, Nova Iorque.

Glaserfeld, E. von (1984), "An introduction to radical constructivism", em P. Watzlawick (ed.), *The invented reality*, W. W. Norton, Nova Iorque.

Goode, W. J. (1970), *A família*. Pioneira, São Paulo. Título original: *Thefamily*, Prentice-Hall Inc.. Nova Iorque, 1964.

Greenson, R. R. (1981), *A técnica e a prática da psicanálise*. Imago, Rio de Janeiro. Título original: *The technique and the practice of the psychoanalysis*, International Universities Press Inc., 1967.

Haley, J. (1971), *Estratégias em psicoterapia*, Toray S. A., Barcelona. Título original: *Strategies of psychotlierapy*, Grune & Straften, Inc., Nova Iorque, 1966.

Haley, J. (1977), "Towards a theoiy of pathological systems", em Watzlacwick, P. e Wealdand, J. (comps.), *The international view*, W. W. Norton, Nova Iorque, 1977.

Haley. J. (1979), *Psicoterapia famãiar*, Interlivros, Belo Horizonte, Minas Gerais. Título original: *Problem, solving therapy*, Jossey-Bass, 1976.

Hall, A. D. e Fagen, R. E. (1956), "Definition of system", *General Systems Yearbook*, n2 1, 1956.

Hoffman, L. (1987), *Fundamentos de la terapíafamüiar - un marco conceptual para el cambio de sistemas*, Fondo de Cultura Económica, México. Título original: *Foundations of family therapy. A conceptual framework for systems change*. Nova Iorque, Basic Books Inc., 1981.

Hoffman, L. (1990), "Una posición constructivista para la terapia familiar", *Sistemas familiares*, publicação da ASBBA, Buenos Aires, ano 6, n2 3.

Lidz, T., Cornelison, A., Fleck, S. (1957), "The inü-afamilial envi ronment of schizophrenic patients: marital schism and marital skew", *American Journal of Psichiatty*, 114, 1957.

Macedo, R. M. S. (1991), "O jovem na família". Trabalho apresen tado no 32 Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, Águas de São Pedro, agosto, 1990, pu blicado nos Anais em 1991.

Mannoni, M. (1970), *A criança, sua "doença" e os outros*, Zahar, , Rio Janeiro.

Maturana, M. (1960), "Morphogenesis and morphostasis", *Method*, 12, pp. 251 a 296, 1960.

Maturana, H. (1985), "Fenomenologia del conocer". Conferência transcrita na *Revista de Tecnologia Educativa*, vol. 8, n2 3.4.

McGoldrick, M. e Gerson, R. (1987), Genogramas en la evaluación familiar, Celtia, Buenos Aires. Título original: Genograms in family assessment, Norton & Company Inc., Nova Iorque, 1985.

Minuchin, S. (1982), Famílias - funcionamento e tratamento. Artes Médicas, Porto Alegre. Título original: Families & family therapy. Harvard University Press, 1974.

Minuchin, S., e Fishman (1989), Técnicas de terapia familiar, Paidós, México. Título original: Family therapy techniques. Harvard University Press, 1981.

Montagna, P. L. K. (1981), "Emoções expressas no ambiente familiar e evolução da esquizofrenia". Dissertação de mestrado FM-USP.

Papp, Peggy (1988), El proceso de cambio - grupos e instituciones, Paidós, Buenos Aires. Título original: The process of change, Guilford Press, Nova Iorque, 1983.

Poster, M. (1979), Teoria crítica da família, Zahar, Rio de Janeiro. Título original: Critical theory of the family. The Seabury Press Inc., Connecticut, 1978.

Rodrigues, A. M. (1981), "Dinâmica grupal e indivíduo no sistema de distribuição de privilégios na família", Caderno de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, n2 37, São Paulo.

Ruesch, J. e Bateson, G. (1951), Communication - the social matrix

of psychiatry - W. W. Norton, Co. Inc., Nova Iorque. Samara, E. M. (1983), A família brasileira, Brasiliense, São Paulo.

138

Ueneiae m. ae u. uerveny

Satir, V. (1980), Terapia do grupo familiar, Francisco Alves, Rio de Janeiro. Título original: Conjoint family therapy, Science and Behavior Books Inc., Palo Alto, 1967.

Satir, V. (1972), Peoplemaking, Palo Alto, Science and Behavior Books, 1972.

Sluzki, C. E. (1983), "Process, structure and world views: toward an integrated view of systemic models in family therapy". Family Process, dezembro, 1983, vol. 22, n2 4.

Taylor, D. (1983), "Reflections on parenting: a multigenerational perspective", *Family Process*, v. 22, setembro, 1983.